

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

O PESO DO ENSINO DA GRAMÁTICA

Carlos Alexandre N. Aragão¹
Eixo: Estudos da Linguagem

RESUMO:

O presente texto faz uma abordagem acerca da institucionalização da gramática e da sua perpetuação há vários séculos no espaço escolar. Pelo que se tem examinado, percebe-se que o professor de Língua Portuguesa e a sociedade em geral ainda estão pautados em práticas tradicionais de ensino, mais precisamente, no ensino da Gramática Normativa, corroborando a perspectiva do “certo” *versus* o “errado”. Tal abordagem, por seu turno, advém de uma visão de norma postulada desde os gregos que adentrou no universo escolar e social como um poder que jamais poderá ser questionado. Com efeito, tem provocado um grande quantitativo de desistência por parte do estudante, no âmbito da Escola Pública, haja vista a repetição de exercícios estruturais, fazendo com que ele não perceba a língua como dinâmica, histórica e dialógica. É nesse contexto de investigação que se apresentam os estudos relacionados a este trabalho.

PALAVRAS- CHAVE: ensino - gramática – poder

RESUMEN:

Este artículo presenta un enfoque sobre la institucionalización de la gramática y su permanencia durante siglos en la escuela. Por lo que se ha examinado, uno se da cuenta de que el profesor de Lengua Portuguesa y la sociedad en general están siempre guiados por las prácticas tradicionales de enseñanza, y más si hacemos referencia a la enseñanza de la gramática normativa, lo que corrobora el punto de vista de lo "correcto" frente a lo "que está mal". Este enfoque, a su vez, proviene de una visión de la norma postulada desde los griegos, que se fue incorporado en la escuela y en el universo escolar como un poder social que no puede ser cuestionado. De hecho, ha causado una gran cantidad de abandono por el estudiante dentro de la escuela pública, dada la repetición estructural de los ejercicios, por lo que no se percibe la lengua como un dinámica, histórica y dialógica. Es en este contexto de la investigación que se presentan los estudios relacionados con este trabajo.

Palabras clave: la educación - la gramática - el poder

1.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GRAMÁTICA

Sabemos que após os fenícios fazerem uso da escrita alfabética, a outra civilização que se ateuve a tal mecanismo foi a grega. Para isso fez adaptações do alfabeto fenício às características da língua grega como bem argumenta Kristeva (2007). Dessa forma, percebemos que o estudo da linguagem ganha uma atenção especial desde a escrita alfabética até a criação da gramática. Isso já era possível ser observado na obra “Crátilo”, de Platão

(429-347 a.c), quando este filósofo discute a respeito dos problemas da linguagem. Podemos também dizer que os gregos entendiam a linguagem como um sistema formal, distinto de um exterior significado por ela (o real), constituindo em si mesma um domínio próprio. (KRISTEVA, 2007). Por ser um sistema formal, torna-se, na visão de Platão, uma obrigação, isto é, uma lei para toda a sociedade.

Nesse sentido, a linguagem passa a ser vista como um instrumento do conhecimento, por representar uma função didática. Essa representação deve-se ao fato de constituir uma obrigação universal: todos os cidadãos deveriam adquiri-la e, ao mesmo tempo, saber usá-la. Mas é na Alexandria que se assiste ao desenvolvimento de uma gramática especializada, diferente dos postulados teóricos dos estoicos, baseados na filosofia e na lógica.

O modelo de gramática lançado pelos alexandrinos torna-se o exemplo da gramática ocidental tradicional. Nesse caminho, é Dionísio da Trácia (170-90 a.C.) o responsável pelo modelo ainda hoje reconhecido nas obras gramaticais do ocidente. Ele via a gramática como uma arte, por defini-la como o saber empírico da linguagem dos poetas e dos prosadores. A gramática deste filósofo, por sua vez, estava voltada para a Morfologia. Os alexandrinos, por seu turno, são seguidores históricos dos estoicos e, de acordo com Silva (2000, p. 17), “[...] fixaram na tradição gramatical o ‘erro clássico’, como batizou Lyons (1979) [...]”. Isso ocorre na medida em que aqueles filósofos tomam como base de uma escrita certa a dos escritores reconhecidos, instaurando a tão propalada discussão acerca do certo *versus* o errado. É nesse caminho que se reconhece a Grécia como o berço dos gramáticos do Ocidente, cuja função é ensinar o difícil idioma de Homero. Para o estudo da sintaxe, volta-se o olhar para o gramático Apolônio Díscolo (Séc. II, a.C.), criador da primeira sintaxe, voltada mais para a filosofia do que a linguística.

Ao adquirir o saber grego sobre a língua, os gramáticos alexandrinos chegaram a Roma, transmitindo para este povo todo o conhecimento adquirido, desde a filosofia até a gramática. Com efeito, essa civilização obtém o modelo de gramática que tanto se tornou popular no ocidente. Entre os estudos dos gramáticos latinos o que ganhou mais destaque foi Varrão, com sua obra “De Língua Latina”. Nesta, ele propõe uma gramática do latim padrão, opondo-se ao latim vulgar. Nessa perspectiva, *a gramática consiste na arte de escrever e falar corretamente, de compreender os poetas* (SILVA, 2000). O pensamento dos romanos, quanto à teoria da linguagem, assemelha-se ao dos gregos, pois a concebem como um jogo de normas. Por conseguinte, a gramática é o instrumento regulamentador de todas as regras seguidas pelos cidadãos falantes do Latim. Dessa forma, a gramática passa a ser definida

como a base de qualquer ciência, por expressar uma verdade que jamais pode ser questionada, ocupando um lugar de prestígio nas sociedades, conforme o pensamento de Varrão. Mas é com a publicação da obra “*Institutiones Grammaticae*”, de Prisciano, que a gramática latina atinge o seu apogeu. É nela que se encontra a primeira sintaxe da língua latina. Esta se torna modelo para todos os gramáticos da Idade Média.

Não gozando do prestígio de outrora, o Latim ainda continua sendo, no Renascimento, o padrão para todos os outros idiomas estudados/criados. Apesar da utilização dos cânones latinos, a sua teoria sofre modificações no ato de adaptação às línguas vulgares. Isso leva ao desprestígio dessa língua. Entretanto, é importante enfatizar que, nesta época, tal língua foi usada como objeto de ensino. Tal atitude corrobora o pensamento dos romanos quanto à função da gramática de expressar uma verdade, a *correta*. Nesse sentido, a gramática passa a ser um instrumento regulador das normas aceitáveis pela sociedade culta, repassadas, através do ensino, para todos os falantes frequentadores dos bancos escolares.

A partir desse momento, a gramática é concebida como uma disciplina, estudada e ministrada como a filosofia, no espaço escolar. Consequentemente, ganha um lugar de prestígio nessa instituição. Portanto, a gramática passa a ser uma disciplina autônoma e obrigatória. Não se despreza, porém, que tal prática é igualmente advinda dos gregos (KRISTEVA, 2007).

No final do século XVI e início do XVII, os estudos da linguagem estão voltados para a produção de obras de cunho pedagógico. Nessa época, então, surge um impasse entre a gramática formal do Renascimento e as línguas modernas que só será resolvido com a criação da Gramática de Port-Royal (1660), escrita por Lancelot e Arnauld. Essa resolução não pode ser vista como uma ação contrária à produção dos renascentistas. Nessa perspectiva, a gramática expressa os verdadeiros fundamentos da arte de falar, isto é, de explicar os pensamentos através dos signos. Diante dessa visão, Foucault expõe uma tripla consequência teórica. A primeira enfatiza a colocação do discurso elaborado sobre a língua a um nível diferente do seu. Nesse sentido, a língua é delimitada como um domínio metodológico e não como domínio epistemológico por podermos utilizá-la ou interpretá-la. Uma outra ordem é a definição dada pela *grammaire générale*, quando posiciona em um espaço comum todas as línguas, na medida em que abre uma dimensão interior a cada uma. E, por fim, a racionalização da língua passa a ser vista como uma ciência do raciocínio, mas não uma ciência da língua como objeto específico. Dessa forma, a gramática geral tornou-se mais uma maneira de encarar uma língua do que a análise de um objeto específico (KRISTEVA, 2007).

Tal pensamento corrobora a ideia de Dionísio e de Varrão como mencionado anteriormente. Conforme, o pensamento da estudiosa Kristeva (2007), nessa época, a gramática não era apenas um inventário de termos ou correspondências formais de construções, mas um estudo das unidades superiores.

A relação pensamento/linguagem foi tratada pelos gramáticos através de teorias que abrangiam os princípios gerais de todas as línguas. Por conseguinte, entendiam que o homem, através das operações do espírito, era capaz de conceber, julgar e raciocinar. Essas operações seriam úteis ao aspecto interno da linguagem e, a partir delas, o homem fazia uso dos sons e das vozes.

Em 1826, surge a Linguística Comparada, com a publicação da obra “Do Sistema de Conjugação da Língua Sânscrita, comparado com o das línguas Grega, Latina, Persa e Germânica”, do alemão Franz Bopp (1791-1867). Tal obra surge como uma comparação entre essas línguas, numa investigação sobre os seus pontos de intersecção e suas estruturas remotas. Nesse sentido, Bopp presta uma grande contribuição para o estudo da linguagem, incorporando o Sânscrito no estudo positivo da língua. Abre, assim, novas perspectivas linguísticas.

Ainda nesta época, os estudiosos da linguagem se relacionavam com a questão da arbitrariedade. De um lado, o pensamento de Platão (linguagem natural); do outro, o dos estoicos (linguagem convencional). Nesse início, o pensar era mais usual do que falar. Tal mecanismo dominou a gramática até o surgimento das teorias de Bopp. Esse pesquisador preferiu estudar a língua por si mesma, como bem define Kristeva (2007, p. 205): “[...] as línguas de que esta obra (Gramática Comparativa) trata são estudadas por si mesmas, isto é, como objeto, e não como meio de conhecimento”.

Apesar de apresentar algumas evoluções no campo da linguagem, com a criação da gramática, não consegue preencher algumas lacunas, como é o caso do estudo da fonética. A teoria da linguística comparativa é voltada para a sistematização das línguas, fazendo uso de padrões científicos.

Como todo estudo, o comparativo da linguagem é criticado por estar pautado em um trabalho fechado em si, sem se aproximar dos desdobramentos do seu uso na língua. Mas não se pode esquecer a grande contribuição dada à linguagem. Em decorrência disso, surge a ciência Linguística. Tal ciência surge a partir dos postulados do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), cujo pensamento rompe com o que a gramática comparada analisava, isto é, o estudioso não se debruça no estudo histórico-comparativista, mas na pesquisa

descritiva por apresentar um caráter sincrônico, enquanto os linguistas comparativistas faziam uso, apenas, da diacronia.

Nesse sentido, a linguística procura entender o estado presente da língua através da sua sistematização. Para isso é necessário que os linguistas sigam duas direções: ou os estudos se voltam para uma análise da língua na história (Diacronia), ou então se voltam para a língua no seu tempo atual desprezando, assim, o estudo histórico (Sincronia). Além dessa dicotomia, o linguista ainda apresentou algumas outras, tais como: *langue* x *parole*; significante x significado; paradigma x sintagma.

De acordo com Kristeva (2007), a concepção da linguagem que está subjacente à linguística atual está fundamentada na filosofia do filósofo Husserl (1859-1938), cuja reflexão sobre o signo está submetida a uma lógica. Dessa forma, Husserl concebia a gramática como pura lógica, sendo assim por mais formal que possa parecer está sempre limitada a uma semântica que não confessa.

As teorias saussureanas inspiram os estudiosos do Círculo Linguístico de Praga (1926), cujo objetivo era estudar a língua como um sistema. Mas não seria necessário ignorar os fatos linguísticos concretos e nem os métodos comparativos do estudo da evolução da língua. Sendo assim, a estudiosa Kristeva (2007, p. 228) relata a afirmação de que “[...] o melhor modo de conhecer a essência e o caráter de uma língua é a análise sincrônica dos fatos atuais, que são os únicos que oferecem materiais completos e de que se pode ter o sentimento direto”. Esse círculo, por sua vez, serviu de influência para o Círculo de Copenhaga (1939) tendo como importante estudioso Louis Hjelmslev (1899-1965), que via a língua não como um conjunto de fenômenos não linguísticos, mas como uma totalidade que se basta a si mesma.

Os estruturalistas americanos fazem um estudo sobre as línguas faladas pelos índios surgindo, assim, novas teorias sobre o estudo da linguagem. Os principais estudiosos foram: Franz Boas (1858-1942), linguista e antropólogo que criou uma teoria geral sobre a linguagem humana. Edward Sapir (1884-1939) seguiu os postulados de Humboldt de que a linguagem é o pensamento, analisou os processos formais da gramática e os conceitos gramaticais. Por fim, Leonard Bloomfield (1887-1949), considerado o fundador do estruturalismo americano, foi influenciado pela psicologia da linguagem de Wunett, trabalhando a expressão como reação a um estímulo. Os estudiosos americanos não se ocuparam da sintaxe.

Os trabalhos do linguista americano Noam Chomsky tomaram proporções que foram além da América, cujo objetivo era propor uma concepção original na geração das estruturas sintáticas, criando assim uma nova teoria gramatical sem recorrer à semântica. Propõe uma descrição sintética em lugar da abordagem analítica das estruturas. Um dos seus estudos foi entender o conhecimento que o indivíduo tem da língua. Isto é, a capacidade de o sujeito falante formar e reconhecer frases gramaticais na infinidade das construções possíveis de uma língua (Competência); um outro foi entender o uso que o indivíduo faz particularmente desse conhecimento (Desempenho/Performance). Para ele, a gramática reflete o comportamento do locutor que pode produzir e compreender um número infinito de frases novas. Ressalta ainda que a sua construção deve seguir a teoria específica da estrutura linguística (KRISTEVA 2007, p. 257). Para Kristeva (2007, p. 264), “a gramática transformacional, de um modo mais marcado e mais revelador, realiza a mesma redução que a linguística estrutural, e, sobretudo a linguística americana, opera no seu estudo da linguagem”.

Nessa direção, a gramática da Língua Portuguesa (LP) começa a ser produzida pelos estudiosos da linguagem, tais como: Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão, cada um, ao seu estilo, deu sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos da LP. Mas é a gramática de João de Barros que apresenta uma completude quanto às reflexões sobre a LP (SILVA, 2000). Seguidores conscientemente do estilo da gramática latina.

Apesar de alguns seguirem explicitamente esse modelo, outros preferiam seguir o modelo de gramática de Port-Royal, como foi o caso de Jerônimo Soares Barbosa. Esse estudioso colaborou tanto para o aprofundamento das teorias da LP quanto para a pedagogia do ensino do português. Assim, critica alguns gramáticos que o antecederam por seguirem, rigorosamente, o modelo latino e define *a gramática como sendo a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua*. Tal postulado ilustra mais ainda o pensamento de Varrão mencionado anteriormente. Devemos lembrar que a gramática do Latim foi usada como exemplo para o ensino da gramática do Português, pois o ensino desta era comparado e contrastado com o daquela. Com o passar do tempo, a gramática da língua latina passa a ser ignorada pelos estudiosos, perdendo, assim, espaço, valor social, abrindo caminho para a consolidação da autonomia do Português. Segundo Silva (2000, p. 47) “[...] A atuação do ensino da gramática se exerceria em disciplinar sobretudo o uso escrito e o uso oral formal, objetivo, aliás, final das gramáticas racionais.

Observamos que desde o Sec. XVI a gramática desfruta de alguns privilégios no que se refere ao ensino de língua, isso se deve ao fato de o seu surgimento ser a partir da Retórica e da Poética. Um outro ponto é a valorização dada ao pensamento do falar e escrever corretamente. Alguns estudiosos não concordam com o ensino da gramática como é o caso de Ferreira França. Para ele não seria necessário dizer o que é nome, verbo e nem tão pouco quais as partes da oração são essenciais ou acessórias, mas sim mostrar através de exemplos que é a partir do uso que podemos descobrir tais conceitos/normas (OLIVEIRA 2010, P. 89). Esse lugar de privilégio dado a gramática representa um poder instituído pela classe dominante, isto é, pela classe que tem contato com a leitura e escrita. Dessa forma, cria meios de exclusão para aqueles que não fazem parte desse universo. O indivíduo que queria adentrar nesse ambiente deve saber falar e escrever corretamente, caso contrário será retaliado. Tal pensamento está muito presente no espaço escolar quando observamos a relação de poder entre professor x aluno, aluno (classe média alta) x aluno (classe baixa).

1.2 A GRAMÁTICA X LIVRO DIDÁTICO

Recentemente, presenciamos a grande discussão gerada pela aprovação do livro “*Por uma vida melhor*” pelo Ministério da Educação (MEC) para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) onde a escritora coloca:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

O menino pegou o peixe.
menino → singular
pegou → singular

Diante da repercussão gerada com a aprovação deste manual didático, observamos que a forte tradição do ensino de língua, ou melhor, do ensino de gramática nas aulas de língua,

continua presente na escola e na sociedade, onde exclui alguns falares e privilegiam outros. Isso se deve ao fato desse ensino continuar preso ao conceito postulado por Varrão, mesmo com a presença da Linguística nos cursos de Letras. Isso evidencia o poder dado à norma padrão. Consequentemente, cria-se um processo de desvalorização das normas socioeconomicamente desprestigiadas.

Não podemos esquecer que o livro foi feito para pessoas que adentram no sistema escolar com uma idade avançada e que já trazem consigo uma gama de conhecimento a serem trabalhados pelo docente. Portanto, a orientação dada aos professores que trabalham com tal modalidade é que iniciem o ensino a partir do conhecimento de vida desses discentes, como bem fez o educador Paulo Freire. Segundo Bezerra (2011) é preciso que a escola comece a fazer uso dos mecanismos reais, isto é, da vivência do aprendiz para se chegar ao ideal que a escola quer inculcar nos seus aprendizes.

Devido a tal orientação, a escritora, do livro aprovado pelo MEC, tenta criar um diálogo entre autor e leitor de forma interativa, utilizando-se de uma linguagem presente no cotidiano desses aprendizes. Isso é possível de perceber quando ela pergunta “Mas eu posso falar os livro? Claro que pode”. Essa abordagem está relacionada à concepção de linguagem enquanto forma de interação entre os sujeitos. Nesse sentido, o aprendiz é visto como um sujeito ativo que é capaz de construir o seu próprio conhecimento, por isso que ela afirma “*O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião*”.

Mas podemos observar que o ensino de língua, por se concentrar no ensino de gramática, ainda está pautado no pensamento da concepção de linguagem enquanto *representação do pensamento e do mundo*, cuja ação do indivíduo é seguir as regras impostas sem questioná-las, sem ser percebido como um sujeito ativo e sim passivo diante da língua.

Segundo Possenti (2011) nenhum linguista propõe que deve ensinar aos educandos falarem “Os livro” e nem tão pouco foi a intenção da autora do livro, porque as pessoas já sabem falar. Muitos críticos não leram o livro por completo para tecerem comentários e sim apenas o fragmento que colocamos acima. Lembramos também que em nenhum momento foi desprezado o modelo padrão que tanto o espaço escolar privilegia, pois este permaneceu sendo o objetivo da fala da autora que parte do falar popular para chegar a um padrão como bem salientou Bezerra (2011).

Observamos que a polêmica criada por alguns estudiosos da linguagem e pela mídia deu-se porque esse manual didático vai de encontro ao que a gramática normativa postula e há

vários séculos vem sendo utilizada como a única forma “correta” de se escrever e falar. É um poder que adentra na escola, na família e na sociedade como sendo o único meio usado pelo indivíduo para ser aceito socialmente.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que professores, estudantes, estudiosos da língua e a mídia concebam a língua como um espaço dinâmico, flexível e multifacetado, capaz de se modificar a partir da interação dos sujeitos e não como algo estático e fechado em regras/normas que devem ser usadas em espaços isolados, pois através da linguagem o indivíduo transforma o seu meio e consegue se constitui enquanto tal. Esse pensamento deve adentrar no espaço escolar e na mídia para que não vejamos mais episódio dessa natureza, onde presenciamos mais uma vez a força do poder institucionalizado diante do desprivilegiado.

1.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, C. A. de. **Por uma vida melhor**. Coleção Viver, Aprender. Educação de Jovens e Adultos. Volume 2. São Paulo: 2011.

BEZERRA, A. P. Entrevista ao SETV 2ª edição.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

KRISTEVA, J. **História da Linguagem**. Trad. Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 2007.

LYONS, J. **Introdução à Linguística Teórica**. São Paulo. C.E.N.

OLIVEIRA, L. E. **Gramaticalização e Escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)**. São Cristovão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

POSSENTI, S. **Aceitam tudo**. Terra Magazine: colunistas, 2011.

SILVA, R. V. M. e. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ⁱ É graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Tiradentes, especialista em Metodologia do ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Administração e Negócio de Sergipe. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Além disso, é professor da rede estadual de Sergipe e da rede municipal de Aquidabã. Atua como tutor na Universidade Tiradentes e na Universidade Aberta do Brasil. cana_aragao@yahoo.com.br. <http://lattes.cnpq.br/7300092564942762>.